

VERIFICAR NÃO É SUFICIENTE: CHECAGEM, CONFIANÇA E POLARIZAÇÃO NO BRASIL DIGITAL

VERIFICATION IS NOT ENOUGH: FACT-CHECKING, TRUST AND
POLARIZATION IN DIGITAL BRAZIL

Ciências Humanas • 19/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779043002](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779043002)

Erivelto Amarante¹

RESUMO

Este artigo analisa as práticas declaradas de verificação e checagem de informações entre usuários brasileiros inseridos em ambientes digitais politicamente engajados, com base no Banco Midiapolis 2025. O estudo parte do pressuposto de que verificar informações não é apenas uma habilidade técnica individual, mas uma prática social situada, atravessada por confiança nas fontes, pertencimento político, escolaridade, plataformas digitais e repertórios de validação informacional. A pesquisa adota abordagem quantitativa, baseada em survey, e examina a frequência de verificação diante de notícias impactantes, os canais utilizados para checagem, as diferenças entre lulistas e bolsonaristas, a relação com escolaridade, confiança na mídia e exposição percebida a fake news. Os resultados indicam que a maioria dos respondentes declara verificar informações em alguma medida, mas a verificação sistemática não é universal. Também mostram que o Google aparece como principal canal de checagem, funcionando mais como porta de entrada para validação do que como fonte final de confirmação. O artigo conclui que verificar não é suficiente quando a checagem ocorre em circuitos fechados de confiança seletiva, sendo necessário compreender onde, como e sob quais critérios os usuários validam informações em ambientes digitais polarizados.

Palavras-chave: Checagem; Desinformação; Confiança na mídia; Polarização política; Literacia midiática.

ABSTRACT

This article analyzes self-reported practices of information verification and fact-checking among Brazilian users engaged in digital political environments, based on the Midiapolis 2025 dataset. The study assumes that information verification is not merely an individual technical skill, but a situated social practice shaped by

trust in sources, political belonging, education, digital platforms, and repertoires of informational validation. The research adopts a quantitative approach based on survey data and examines the frequency of verification when users receive impactful news, the channels used for fact-checking, differences between supporters of Lula and Bolsonaro, and the relationship between verification, education, trust in the media, and perceived exposure to fake news. The results indicate that most respondents report verifying information to some extent, although systematic verification is far from universal. They also show that Google is the main channel used for checking information, operating more as an entry point for validation than as a final source of confirmation. The article concludes that verification is not enough when fact-checking takes place within closed circuits of selective trust. It is necessary to understand where, how, and under which criteria users validate information in polarized digital environments.

Keywords: Fact-checking; Disinformation; Trust in media; Political polarization; Media literacy.

1. INTRODUÇÃO

A verificação de informações tornou-se uma prática decisiva para compreender os desafios da comunicação política em ambientes digitais. A expansão das plataformas, a circulação acelerada de conteúdos, a fragmentação das fontes e a intensificação da polarização ampliaram a exposição dos cidadãos a informações de credibilidade variável. Nesse cenário, a checagem não pode ser entendida apenas como uma ação individual de confirmação factual, mas como parte de um processo mais amplo de validação da verdade pública. Verificar uma notícia implica mobilizar fontes, repertórios de confiança, habilidades de busca, critérios de

juízo e, muitas vezes, vínculos políticos que orientam a interpretação do conteúdo recebido.

O debate contemporâneo sobre desinformação tem mostrado que o problema não se limita à existência de conteúdos falsos. Wardle e Derakhshan (2017) propõem compreender a desordem informacional como fenômeno que envolve produção, circulação, intenção, dano e contexto de recepção. Essa abordagem permite situar a verificação como prática que ocorre no interior de ecossistemas comunicacionais complexos, nos quais notícias verdadeiras, informações enganosas, boatos, opiniões, conteúdos manipulados e acusações de fake news circulam de forma sobreposta.

A literatura sobre psicologia da desinformação também tem destacado a importância da atenção à precisão. Pennycook e Rand (2021) argumentam que parte da vulnerabilidade às fake news está relacionada ao baixo acionamento de critérios de acurácia no momento do consumo e do compartilhamento. Em outras palavras, indivíduos podem compartilhar conteúdos não necessariamente porque acreditam de forma plena em sua veracidade, mas porque estão orientados por impulsos de identidade, emoção, interesse político ou rapidez da circulação.

No entanto, verificar não significa necessariamente checar bem. Em ambientes digitais, os usuários podem recorrer a mecanismos de busca, portais jornalísticos, redes sociais, televisão, rádio, grupos de mensagens ou influenciadores para confirmar uma informação. Cada uma dessas estratégias envolve diferentes graus de mediação, confiabilidade, transparência e vulnerabilidade à confirmação seletiva. Uma busca no Google, por exemplo, pode conduzir tanto a

fontes jornalísticas e institucionais quanto a páginas pouco confiáveis ou conteúdos alinhados às crenças prévias do usuário.

Essa questão torna-se ainda mais relevante em contextos politicamente polarizados. A verificação pode ser orientada pela confiança seletiva, isto é, pela tendência de reconhecer como legítimas as fontes associadas ao próprio campo político e rejeitar aquelas percebidas como adversárias. Desse modo, uma prática aparentemente técnica, como checar a veracidade de uma notícia, pode ser atravessada por identidades políticas, vínculos afetivos e disputas sobre autoridade informacional.

Este artigo analisa as práticas declaradas de verificação e checagem de informações entre usuários brasileiros inseridos em ambientes digitais politicamente engajados, com base no Banco Midiapolis 2025. A pesquisa trabalha com duas variáveis principais: a frequência de verificação diante de notícias impactantes e o local em que os respondentes afirmam checar a veracidade de uma notícia. Essas variáveis permitem examinar não apenas se os participantes verificam, mas também onde verificam, dimensão fundamental para compreender a qualidade potencial da prática de checagem.

A pergunta que orienta o artigo é: como usuários politicamente engajados verificam notícias impactantes em ambientes digitais, e de que modo essas práticas variam conforme campo político, estratégias de checagem, escolaridade e confiança na mídia? A partir dessa questão, o objetivo geral é compreender a verificação como prática social e política de validação informacional. Especificamente, busca-se analisar a frequência declarada de verificação, comparar padrões entre lulistas e bolsonaristas, identificar os canais utilizados para checagem, examinar a relação

entre escolaridade e verificação e discutir como a confiança na mídia se articula às práticas de validação da informação.

A pesquisa adota abordagem quantitativa, baseada em survey. As variáveis centrais medem práticas declaradas, e não comportamentos observados. Por isso, os dados devem ser interpretados como autorrelato, sujeitos a possíveis efeitos de desejabilidade social, memória seletiva e diferentes entendimentos sobre o que significa verificar uma notícia. Essa limitação, contudo, não reduz a relevância analítica do estudo. Ao contrário, permite observar como os próprios respondentes descrevem suas rotinas de checagem e quais fontes reconhecem como adequadas para validar informações em ambiente marcado por desinformação, polarização e disputa de credibilidade.

O argumento central do artigo sustenta que a verificação não deve ser compreendida como solução automática para a desinformação. Embora checar informações seja uma prática necessária, sua eficácia depende dos critérios e das fontes mobilizadas no processo. Verificar por meio de portais jornalísticos, por mecanismos de busca ou dentro das próprias redes sociais não produz os mesmos efeitos informacionais. Da mesma forma, a frequência de verificação precisa ser lida em conjunto com os regimes de confiança que orientam a escolha das fontes.

O artigo está organizado em seis seções, além desta introdução. A primeira discute a relação entre verificação, desinformação e literacia midiática. A segunda analisa o papel das plataformas, dos mecanismos de busca e das fontes de checagem na validação informacional. A terceira aborda a relação entre polarização, confiança seletiva e práticas de verificação. A quarta apresenta a

metodologia da pesquisa e as variáveis utilizadas. A quinta expõe os resultados do Banco Midiapolis 2025. A sexta discute as implicações dos achados para compreender a checagem como prática situada em ecossistemas digitais polarizados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Verificação, Desinformação e Literacia Midiática

A verificação de informações ocupa posição estratégica nos estudos sobre desinformação porque conecta três dimensões fundamentais da comunicação política contemporânea: a circulação de conteúdos problemáticos, a capacidade dos indivíduos de avaliar a credibilidade das mensagens e os regimes de confiança que orientam a validação da verdade pública. Em ambientes digitais marcados por excesso de informação, velocidade de compartilhamento e multiplicidade de fontes, o usuário é frequentemente colocado diante da necessidade de decidir se aceita, ignora, compartilha, contesta ou checa determinado conteúdo.

A literatura sobre desordem informacional mostra que a desinformação não pode ser reduzida à circulação de notícias falsas em sentido estrito. Wardle e Derakhshan (2017) propõem compreender o fenômeno a partir de diferentes formas de informação problemática, considerando falsidade, intenção, dano e contexto de circulação. Essa abordagem é importante porque muitos conteúdos que afetam a percepção pública não são inteiramente fabricados. Podem ser informações verdadeiras retiradas de contexto, imagens antigas reutilizadas como se fossem atuais, títulos enganosos, recortes seletivos, boatos apresentados

como denúncia ou interpretações orientadas para produzir conclusões falsas.

A checagem, portanto, não se limita a confirmar se uma frase é verdadeira ou falsa. Ela envolve avaliar a origem do conteúdo, identificar a fonte primária, comparar versões, observar data, autoria, contexto, intenção, evidências disponíveis e possíveis interesses envolvidos na circulação da mensagem. Essa complexidade torna a verificação uma prática de literacia midiática, entendida como capacidade de acessar, avaliar, interpretar e utilizar criticamente informações em diferentes ambientes comunicacionais.

Pennycook e Rand (2021) destacam que a vulnerabilidade às fake news não decorre apenas de orientação ideológica ou ignorância factual. Parte do problema está relacionada à baixa atenção à precisão no momento em que os indivíduos consomem ou compartilham conteúdos. Muitas vezes, a informação é compartilhada porque parece interessante, urgente, emocionalmente mobilizadora ou compatível com a identidade política do usuário, e não porque foi cuidadosamente avaliada. Essa contribuição desloca a discussão da simples falta de conhecimento para a dinâmica cotidiana da atenção.

A atenção à precisão é dimensão importante da verificação, mas não esgota o problema. Mesmo quando o usuário decide checar uma informação, a qualidade da checagem depende das fontes mobilizadas. Verificar por meio de portal jornalístico, agência de checagem, mecanismo de busca, vídeo no YouTube, publicação em rede social ou mensagem em grupo não representa o mesmo tipo de validação. Em alguns casos, a checagem pode ampliar o contato com fontes confiáveis. Em outros, pode apenas reforçar crenças

anteriores, sobretudo quando o usuário busca confirmação em ambientes alinhados ao próprio campo político.

Esse ponto permite diferenciar frequência de verificação e qualidade da verificação. Um indivíduo pode afirmar que verifica sempre, mas recorrer apenas a fontes pouco confiáveis ou ideologicamente homogêneas. Outro pode verificar menos frequentemente, mas utilizar fontes institucionais, jornalísticas ou documentais quando decide fazê-lo. Assim, o ato declarado de verificar precisa ser interpretado em conjunto com a estratégia de checagem.

A literacia midiática não pode ser entendida como atributo puramente individual. Ela é condicionada pelo ambiente informacional em que os sujeitos estão inseridos. Usuários com maior acesso à educação formal podem ter mais recursos para interpretar textos, comparar fontes e identificar inconsistências, mas isso não garante imunidade à desinformação. Lewandowsky, Ecker e Cook (2017) argumentam que crenças equivocadas podem persistir mesmo diante de correções, especialmente quando estão ligadas a identidades, visões de mundo e compromissos políticos.

Esse problema é especialmente relevante em sociedades polarizadas. Quando a identidade política orienta a interpretação da realidade, a verificação pode se tornar seletiva. Conteúdos alinhados ao próprio campo tendem a ser recebidos com menor resistência, enquanto conteúdos associados ao adversário podem ser imediatamente percebidos como suspeitos, manipulados ou falsos. A verificação deixa, então, de funcionar apenas como abertura à correção e pode se converter em busca por validação daquilo que já se acredita.

A literatura sobre correções também mostra que a eficácia da checagem depende da confiança nas fontes que corrigem. Nyhan e Reifler (2010) demonstram que correções factuais podem encontrar resistência quando confrontam percepções políticas previamente estabelecidas. Isso não significa que toda correção seja inútil, mas indica que seus efeitos variam conforme tema, público, fonte e grau de vínculo identitário com a crença corrigida. Para que uma checagem seja aceita, a fonte que verifica precisa ser considerada legítima.

Essa questão aproxima a verificação do debate sobre confiança. Em ambientes digitais, os usuários frequentemente precisam decidir não apenas se uma informação é verdadeira, mas em quem confiar para verificar sua veracidade. Essa decisão pode envolver veículos jornalísticos, plataformas, mecanismos de busca, influenciadores, especialistas, instituições públicas, grupos de mensagens ou contatos pessoais. Cada fonte carrega diferentes níveis de reputação, proximidade e legitimidade.

Porter e Wood (2021) mostram que a checagem de fatos pode ser efetiva na correção de crenças factuais em diferentes contextos nacionais. Esse achado reforça a importância das práticas de verificação e das instituições dedicadas à checagem. No entanto, a efetividade da correção não elimina o problema da recepção seletiva. Uma checagem pode corrigir uma informação para públicos que reconhecem sua autoridade, mas ser ignorada ou recusada por grupos que desconfiam da fonte responsável pela correção.

No caso brasileiro, a verificação de informações deve ser compreendida em meio a ecossistemas digitais marcados por forte

disputa política. Redes sociais, aplicativos de mensagens, canais de vídeo, portais jornalísticos, televisão e rádio coexistem como espaços de circulação e validação de conteúdos. Essa diversidade amplia as possibilidades de checagem, mas também torna mais complexa a avaliação da credibilidade.

2.2. Plataformas, Busca e Fontes de Checagem

A verificação de informações em ambientes digitais depende cada vez mais de plataformas, mecanismos de busca e circuitos híbridos de mediação. Diferentemente de contextos anteriores, nos quais a confirmação de uma informação tendia a passar por instituições jornalísticas, documentos oficiais ou especialistas reconhecidos, a checagem contemporânea ocorre em ecossistema informacional mais fragmentado. O usuário pode buscar uma notícia no Google, consultar portais jornalísticos, verificar comentários em redes sociais, assistir a vídeos explicativos, recorrer à televisão, ouvir rádio, acessar perfis de influenciadores ou perguntar em grupos de mensagens.

A centralidade das plataformas digitais modifica o próprio significado da checagem. Van Dijck, Poell e De Waal (2018) argumentam que as plataformas não são estruturas neutras de circulação, pois organizam relações sociais, econômicas e políticas por meio de dados, algoritmos, métricas e sistemas de recomendação. Aplicada à verificação, essa perspectiva indica que o usuário não encontra informações em espaço livre de mediação. Ao buscar confirmação sobre uma notícia, ele acessa resultados hierarquizados por mecanismos técnicos, comerciais e sociais.

O Google ocupa lugar particularmente ambíguo nesse processo. Como mecanismo de busca, ele funciona como porta de entrada

para diferentes tipos de fonte, mas não é, em si mesmo, uma instância final de validação factual. Quando um usuário afirma que checa informações no Google, isso pode significar práticas muito distintas: consultar veículos jornalísticos, acessar sites institucionais, procurar agências de checagem, ler blogs, assistir a vídeos, comparar manchetes ou simplesmente buscar páginas que confirmem uma impressão anterior.

Essa distinção é decisiva para o argumento deste artigo. Verificar uma informação por meio de busca aberta pode ser prática positiva, pois permite comparar versões, identificar fontes primárias e acessar conteúdos de diferentes origens. No entanto, também pode produzir uma checagem superficial ou confirmatória, especialmente quando o usuário seleciona apenas resultados compatíveis com suas crenças. A busca digital exige habilidades específicas de literacia midiática: formular boas perguntas, reconhecer sites confiáveis, distinguir notícia de opinião, identificar publicidade, observar data e autoria, verificar a fonte original e comparar informações em mais de um ambiente.

As redes sociais apresentam outro tipo de ambiguidade. Elas podem ser usadas para encontrar correções, denúncias, explicações e links para fontes jornalísticas, mas também podem funcionar como espaços de validação circular. Quando uma informação é checada dentro da própria rede em que circulou, o usuário pode permanecer preso ao mesmo circuito interpretativo. Comentários, curtidas, compartilhamentos e reações podem produzir sensação de confirmação social, mesmo quando não há evidência factual sólida.

Chadwick (2017) ajuda a compreender esse cenário ao propor a ideia de sistema midiático híbrido. No ambiente contemporâneo, mídias

tradicionais, plataformas digitais, atores políticos, usuários comuns e influenciadores interagem de modo contínuo. Uma notícia publicada por jornal pode ser reinterpretada por canal de YouTube, contestada em redes sociais, resumida em grupos de WhatsApp e novamente incorporada por veículos jornalísticos. A checagem também passa a ocorrer nesse fluxo híbrido.

Nesse sistema híbrido, os portais jornalísticos continuam ocupando papel importante. Eles oferecem algum grau de mediação institucional, com rotinas de apuração, edição, responsabilidade editorial e possibilidade de correção pública. Quando os respondentes declaram usar portais para checar informações, isso sugere recurso a formas mais institucionalizadas de validação. No entanto, é preciso reconhecer que os portais também variam em qualidade, orientação editorial, transparência e rigor.

A televisão e o rádio também permanecem relevantes como fontes de checagem, especialmente em contextos nos quais essas mídias conservam autoridade junto a determinados públicos. Embora frequentemente tratadas como mídias tradicionais em oposição às plataformas digitais, elas participam de fluxos híbridos de circulação. Conteúdos televisivos são recortados e compartilhados em redes sociais, entrevistas de rádio viram vídeos, comentários de apresentadores circulam em aplicativos de mensagem e reportagens são debatidas por influenciadores.

A checagem por fontes institucionais, como portais, televisão e rádio, possui implicações distintas da checagem por busca aberta ou redes sociais. No primeiro caso, o usuário tende a recorrer a mediadores com alguma estrutura editorial reconhecível. No segundo, o processo depende mais da capacidade individual de

selecionar, hierarquizar e avaliar os conteúdos encontrados. Essa diferença não significa que toda checagem institucional seja superior ou que toda checagem digital seja inadequada. O ponto analítico é que elas envolvem diferentes condições de validação.

O Banco Midiapolis 2025 capta justamente essa diversidade de estratégias. A variável Checagem identifica onde os respondentes costumam verificar a veracidade de uma notícia, incluindo Google, portais, redes, TV, rádio e a opção não checa. Essa formulação permite ir além da frequência de verificação e observar os canais mobilizados pelos usuários para validar informações. A distinção é importante porque dois respondentes podem afirmar que verificam sempre, mas recorrer a fontes muito diferentes.

Essa diferença aponta para uma questão central: a checagem pode ser institucional, aberta, social ou ausente. A checagem institucional recorre a veículos e meios com rotinas públicas de produção informativa. A checagem aberta utiliza mecanismos de busca, nos quais o usuário precisa selecionar e avaliar os resultados. A checagem social ocorre dentro de redes e comunidades, onde a validação pode depender de vínculos interpessoais e sinais de pertencimento. A ausência de checagem indica maior vulnerabilidade, embora possa assumir sentidos distintos.

A análise das fontes de checagem permite aprofundar a compreensão da desinformação. Não basta defender que os usuários verifiquem mais. É preciso compreender quais fontes são mobilizadas, quais critérios são utilizados e quais ecossistemas de confiança organizam a validação. Uma sociedade pode ter altos níveis de checagem declarada e, ainda assim, manter elevada vulnerabilidade à desinformação se a verificação ocorrer em

circuitos fechados, pouco transparentes ou orientados pela confirmação seletiva.

2.3. Polarização, Confiança Seletiva e Validação da Verdade

A verificação de informações não ocorre em ambiente politicamente neutro. Em contextos de polarização, a avaliação da credibilidade das mensagens tende a ser atravessada por identidades coletivas, afetos políticos, repertórios ideológicos e relações de confiança. O usuário não apenas julga o conteúdo de uma notícia, mas também considera quem a produziu, quem a compartilhou, em qual ambiente ela circulou e a quais grupos ou instituições ela parece estar associada. Por isso, a checagem deve ser compreendida como prática situada.

A polarização afeta a verificação porque modifica a relação entre informação e pertencimento. Quando os campos políticos se organizam em torno de identidades fortemente opostas, conteúdos informacionais deixam de ser avaliados apenas por sua consistência factual e passam a ser interpretados como sinais de alinhamento ou ameaça. Uma notícia favorável ao próprio campo pode ser recebida com menor resistência, enquanto uma notícia associada ao adversário pode ser submetida a suspeição imediata.

A literatura sobre desinformação tem mostrado que crenças falsas ou distorcidas podem persistir mesmo após correções, especialmente quando estão ligadas a identidades políticas ou visões de mundo. Lewandowsky, Ecker e Cook (2017) argumentam que a desinformação não se mantém apenas por falta de informação correta, mas por fatores como coerência narrativa,

repetição, confiança na fonte original e resistência a correções percebidas como ameaçadoras.

Esse ponto é fundamental para compreender a confiança seletiva. A confiança seletiva refere-se à tendência de atribuir maior credibilidade a fontes, mediadores e interpretações compatíveis com o próprio campo político, ao mesmo tempo em que fontes associadas ao campo adversário são recebidas com suspeição. Em ambientes digitais, essa seletividade pode ser intensificada por redes de afinidade, páginas militantes, canais de influenciadores, grupos de mensagens e algoritmos de recomendação.

A consequência é que a checagem pode assumir sentidos distintos. Em um primeiro sentido, verificar pode significar buscar evidências independentes, comparar fontes e aceitar correções mesmo quando elas contrariam expectativas. Em um segundo sentido, pode significar procurar confirmação em ambientes alinhados ao próprio repertório político. Nesse segundo caso, a checagem não reduz necessariamente a vulnerabilidade à desinformação, pois o usuário pode circular por fontes que reforçam a mesma narrativa.

Farkas e Schou (2020) ajudam a compreender essa dimensão ao interpretar a fake news como parte de uma disputa política sobre verdade, poder e legitimidade. A desinformação não é apenas um problema de falsidade factual, mas também de autoridade: quem pode dizer o que é verdadeiro, quem será reconhecido como fonte legítima e quem será acusado de manipular a realidade. Em ambientes polarizados, a checagem participa dessa disputa porque o ato de validar ou invalidar uma informação implica reconhecer a autoridade de determinadas fontes e rejeitar outras.

Egelhofer e Lecheler (2019) também destacam que fake news possui dupla dimensão: pode se referir a conteúdos falsos que imitam formatos jornalísticos, mas também funcionar como rótulo político para deslegitimar adversários e instituições. Essa distinção é importante para analisar práticas de checagem porque a busca por verificação pode ser acionada não apenas diante de suspeita factual, mas diante de disputa política.

A relação entre confiança na mídia e verificação, portanto, é ambígua. Em princípio, poderíamos esperar que pessoas com maior confiança na imprensa recorressem mais a fontes jornalísticas e verificassem com mais frequência. No entanto, a desconfiança também pode estimular checagem, especialmente quando o usuário acredita que a mídia manipula informações. Nesse caso, verificar pode significar buscar alternativas à imprensa tradicional. A diferença fundamental está nas fontes mobilizadas.

O Banco Midiapolis 2025 permite explorar essa distinção, pois combina variáveis sobre frequência de verificação, canais de checagem e confiança na mídia. Os dados indicam que a correlação entre verificação e confiança na mídia é praticamente nula, o que indica ausência de relação linear simples entre confiar mais na imprensa e verificar mais. Esse resultado reforça a necessidade de analisar a checagem como prática multidimensional, e não como comportamento explicado por uma única variável.

A polarização também interfere na forma como os usuários percebem a necessidade de checar. Conteúdos que geram dúvida podem ser mais frequentemente verificados, enquanto conteúdos que parecem óbvios, familiares ou alinhados a expectativas anteriores podem circular sem avaliação crítica. Essa seletividade é

especialmente problemática porque a desinformação mais eficaz costuma ser aquela que parece plausível para o público-alvo.

A confiança seletiva também afeta a recepção das agências de checagem. Em tese, fact-checking profissional oferece procedimentos de verificação, transparência metodológica e revisão pública de afirmações factuais. Na prática, sua legitimidade depende da confiança dos públicos. Quando agências de checagem são percebidas como alinhadas à imprensa, a instituições estatais ou a determinado campo político, podem ser rejeitadas por grupos que não reconhecem sua autoridade.

Essa abordagem permite evitar dois equívocos. O primeiro seria tratar a ausência de verificação como único problema. De fato, não checar pode aumentar vulnerabilidades informacionais, mas checar dentro de circuitos fechados também pode reforçar desinformação. O segundo equívoco seria supor que maior escolaridade ou maior acesso a tecnologias resolvem automaticamente o problema. A desinformação persiste porque se articula a identidades, afetos, narrativas e relações de confiança.

3. METODOLOGIA

Este artigo utiliza dados do Banco Midiapolis 2025, produzido no âmbito do Projeto Midiapolis, com o objetivo de analisar práticas declaradas de verificação e checagem de informações entre usuários brasileiros inseridos em ambientes digitais politicamente engajados. O recorte adotado concentra-se em duas dimensões principais: a frequência com que os respondentes afirmam verificar notícias impactantes e os canais utilizados para checar a veracidade das informações.

A pesquisa adota abordagem quantitativa, baseada em survey. A amostra é composta por respondentes vinculados a grupos, redes e circuitos de debate político digital, o que permite observar práticas informacionais em segmentos com maior exposição a conteúdos políticos, disputas interpretativas e narrativas sobre desinformação. Essa característica torna o banco adequado para investigar a checagem em ambientes politizados, nos quais a circulação de notícias, boatos, acusações de fake news e conteúdos de alta carga política tende a ser mais frequente.

A amostra não deve ser interpretada como representativa da população brasileira em geral. Trata-se de um conjunto de usuários politicamente engajados em ambientes digitais, o que limita generalizações estatísticas para o conjunto do eleitorado. O valor analítico do estudo está em permitir a observação de padrões de verificação em públicos especialmente expostos à circulação de informação política.

A variável central do estudo é Verificação, construída a partir da pergunta: quando recebe uma notícia impactante, você costuma verificar se é verdadeira? As categorias de resposta são Nunca, Só se duvidar, Às vezes e Sempre. Essa variável permite observar diferentes graus de cuidado informacional, desde a ausência declarada de verificação até a prática sistemática. Para parte da análise, considera-se a categoria Sempre como indicador de verificação sistemática, por representar o critério mais exigente de checagem declarada.

A segunda variável central é Checagem, que identifica onde o respondente costuma verificar a veracidade de uma notícia. As categorias são Google, portais, redes, TV, rádio e não checa. Essa

variável é decisiva porque permite diferenciar frequência de verificação e estratégia de checagem. Dois respondentes podem declarar que verificam sempre, mas utilizar canais muito diferentes para isso.

O campo político é utilizado como variável de segmentação. Os respondentes são organizados em dois grupos principais: lulistas e bolsonaristas. A escolaridade também é considerada na análise, com as categorias fundamental, médio, superior incompleto e superior completo. Outra variável relevante é a confiança na mídia tradicional, operacionalizada em quatro categorias: nenhuma confiança, pouca confiança, confiança parcial e confiança total. O estudo também mobiliza a variável de exposição percebida a fake news, organizada nas categorias Nunca, Raramente, Às vezes e Frequentemente.

A estratégia de análise combina estatística descritiva, cruzamentos bivariados e visualizações comparativas. Os percentuais são calculados dentro de cada categoria de comparação. Nos cruzamentos por campo político, os percentuais são apresentados separadamente para lulistas e bolsonaristas. Nos cruzamentos por escolaridade, confiança na mídia e exposição a fake news, a análise observa a proporção de respondentes que declaram verificar sempre, além da distribuição das demais categorias quando necessário.

A pesquisa possui limitações. A primeira refere-se ao caráter autorrelatado dos dados. Os respondentes declaram se verificam e onde checam, mas o estudo não observa diretamente suas práticas efetivas. Assim, os resultados podem ser influenciados por desejabilidade social, já que verificar informações é prática socialmente valorizada. A segunda limitação decorre da própria

definição de verificar, que pode variar entre respondentes. A terceira limitação diz respeito ao desenho transversal da pesquisa, que permite identificar associações, mas não relações causais.

Tabela 1: Variáveis utilizadas na análise

Dimensão analítica	Variável	Categorias principais	Função na análise
Frequência de verificação	Verificação	Nunca; só se duvidar; às vezes; sempre	Medir o grau declarado de checagem diante de notícias impactantes
Verificação sistemática	Verificação	Sempre	Identificar o grupo que declara checar de modo constante
Estratégia de checagem	Checagem	Google; portais; redes; TV; rádio; não checa	Identificar onde os respondentes checam notícias
Campo político	Identificação política	Lulistas; bolsonaristas	Comparar práticas de verificação por pertencimento político
Escolaridade	Escolaridade	Fundamental; médio; superior incompleto; superior completo	Examinar a relação entre educação formal e checagem
Confiança na mídia	Confiança na mídia	Nenhuma; pouca; parcial; total	Avaliar relação entre confiança institucional e verificação

Exposição a fake news	Exposição a fakes	Nunca; raramente; às vezes; frequentemente	Observar associação entre exposição percebida e verificação
-----------------------	-------------------	--	---

Fonte: elaboração com base no Banco Midiapolis 2025.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados do Banco Midiapolis 2025 relativos às práticas declaradas de verificação e checagem de informações. A análise está organizada em sete eixos: frequência geral de verificação, diferenças por campo político, estratégias de checagem, estratégias por campo político, relação entre escolaridade e verificação, relação entre confiança na mídia e verificação, além de uma análise complementar sobre exposição percebida a fake news.

4.1. Frequência Geral de Verificação

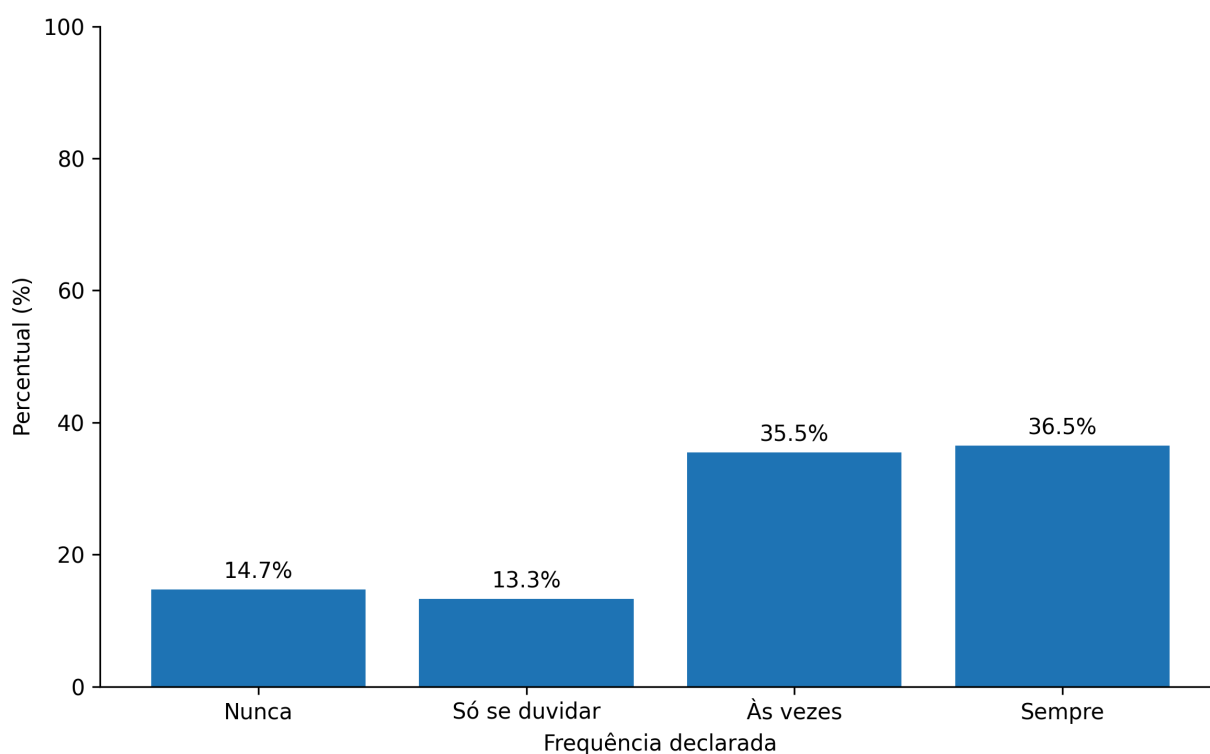
A variável Verificação permite observar com que frequência os respondentes afirmam checar a veracidade de uma notícia impactante. No conjunto geral da amostra, 36,5% declaram verificar sempre, 35,5% verificam às vezes, 13,3% verificam apenas se duvidam e 14,7% afirmam nunca verificar.

O dado indica que a verificação é uma prática amplamente declarada. Somadas, as categorias às vezes e sempre correspondem a 72,0% da amostra. Isso significa que quase três em cada quatro respondentes afirmam verificar notícias impactantes em alguma medida. No entanto, a verificação sistemática, representada pela

categoria sempre, alcança 36,5%, o que indica que a prática constante de checagem está longe de ser universal.

Também chama atenção a presença de 28,0% dos respondentes em posições de maior vulnerabilidade informacional, considerando aqueles que nunca verificam ou verificam apenas se duvidam. Essa distinção é relevante porque verificar só se houver dúvida depende de uma percepção inicial de suspeita. Em ambientes digitais marcados por conteúdos persuasivos, visualmente bem produzidos ou alinhados a crenças anteriores, a dúvida pode não ser acionada.

Figura 1. Frequência de verificação na amostra total



Fonte: Banco Midiapolis 2025.

4.2. Verificação por Campo Político

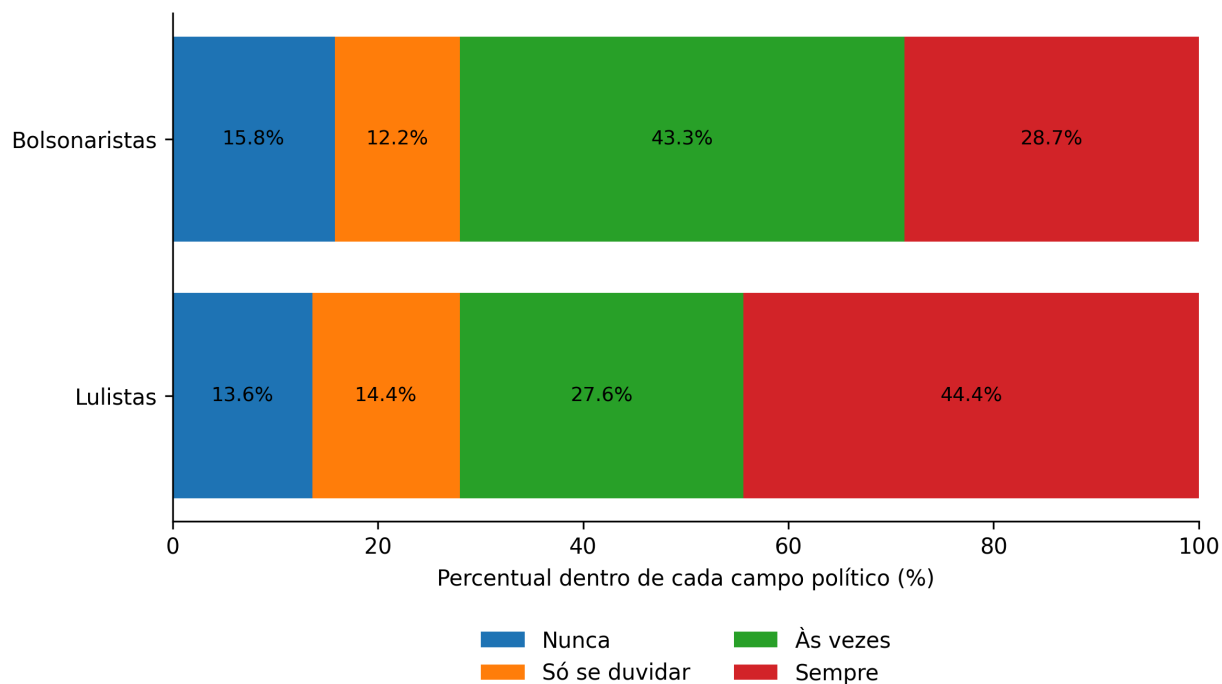
A comparação entre lulistas e bolsonaristas revela diferenças importantes na frequência declarada de verificação. Entre os lulistas, 44,4% afirmam verificar sempre, 27,6% verificam às vezes, 14,4% só se duvidam e 13,6% nunca verificam. Entre os bolsonaristas, 28,7%

declaram verificar sempre, 43,3% verificam às vezes, 12,2% só se duvidam e 15,8% nunca verificam.

A diferença principal está na verificação sistemática. Os lulistas apresentam proporção maior de respondentes que declaram verificar sempre. Já os bolsonaristas concentram-se mais na categoria às vezes. Isso não significa que bolsonaristas não verifiquem informações, pois a maioria declara algum grau de checagem. A diferença está no caráter mais constante ou mais eventual da prática.

Esse resultado deve ser interpretado em diálogo com os achados anteriores do projeto. O campo bolsonarista apresentou maior exposição percebida a fake news, maior reconhecimento ou incerteza sobre compartilhamento e menor confiança na mídia tradicional. Esses elementos podem se articular a práticas de verificação menos sistemáticas ou mais dependentes de circuitos digitais personalizados. Ainda assim, a análise permanece descritiva e não permite afirmar relação causal entre campo político e frequência de verificação.

Figura 2: Frequência de verificação por campo político



Fonte: Banco Midiapolis 2025.

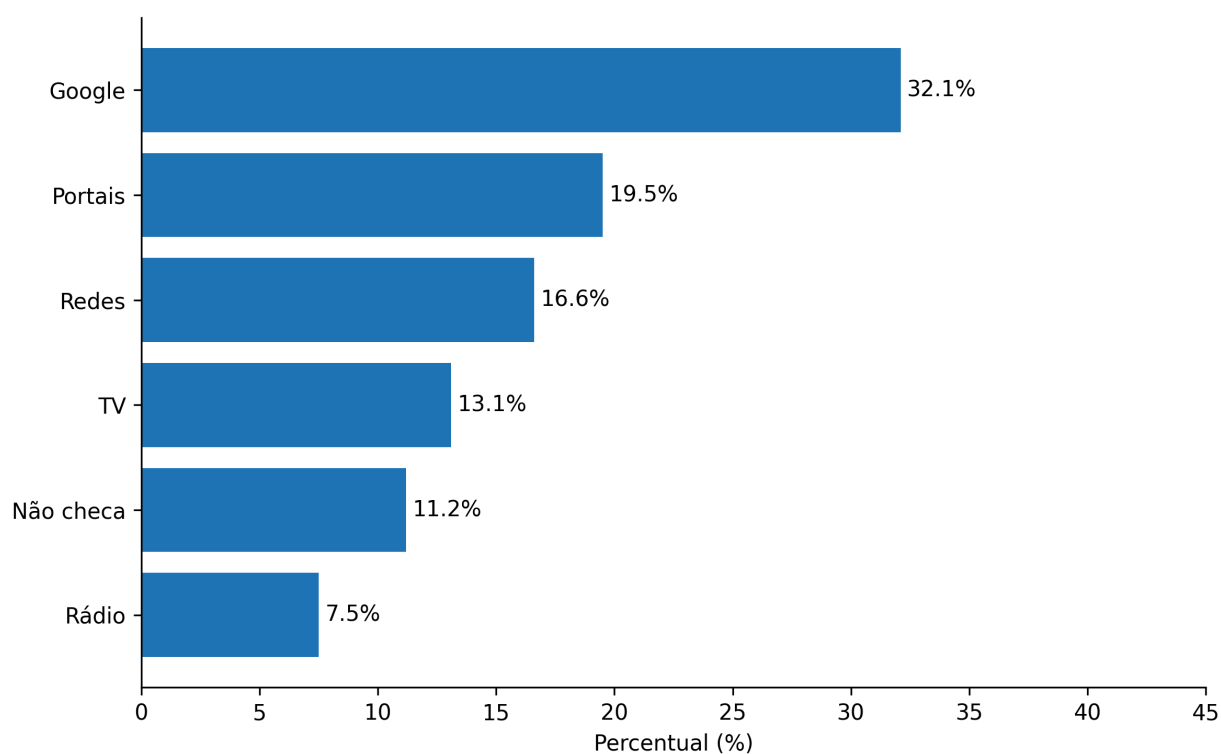
4.3. Estratégias de Checagem na Amostra Total

A variável Checagem identifica onde os respondentes costumam verificar a veracidade de uma notícia. No total da amostra, o Google aparece como principal canal de checagem, com 32,1%. Em seguida aparecem portais, com 19,5%, redes sociais, com 16,6%, TV, com 13,1%, não checa, com 11,2%, e rádio, com 7,5%.

O predomínio do Google é um dos achados mais relevantes. Ele indica que a checagem declarada tende a ocorrer por meio de busca aberta, e não necessariamente por consulta direta a fontes jornalísticas, científicas ou institucionais. Esse dado exige cuidado interpretativo: o Google pode levar o usuário a fontes confiáveis, mas também pode conduzir a páginas opinativas, conteúdos descontextualizados, vídeos, blogs, redes sociais ou sites de baixa credibilidade. Portanto, o Google deve ser compreendido como porta de entrada para a checagem, e não como fonte final de validação.

Os portais aparecem em segundo lugar, o que indica que parcela importante dos respondentes recorre a sites jornalísticos ou informativos para confirmar notícias. Redes sociais, com 16,6%, revelam uma prática de checagem dentro dos próprios ambientes digitais de circulação. A TV e o rádio mostram que mídias tradicionais ainda participam das rotinas de validação informacional. Já a categoria não checa, com 11,2%, aponta para um segmento que declara não adotar estratégia de verificação.

Figura 3: Estratégias de checagem na amostra total



Fonte: Banco Midiapolis 2025.

4.4. Estratégias de Checagem por Campo Político

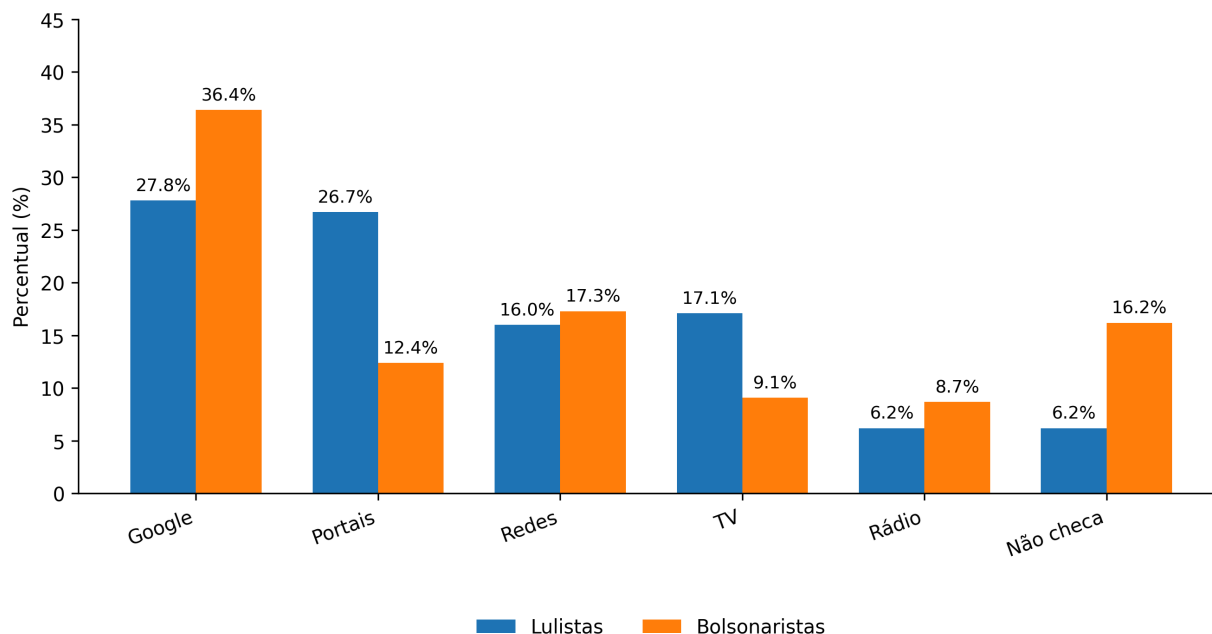
A comparação por campo político mostra dois padrões distintos de validação informacional. Entre os lulistas, as estratégias mais citadas são Google, com 27,8%, portais, com 26,7%, TV, com 17,1%, redes, com 16,0%, rádio, com 6,2%, e não checa, também com 6,2%. Entre os bolsonaristas, o Google aparece com peso maior, alcançando 36,4%,

seguido por redes, com 17,3%, não checa, com 16,2%, portais, com 12,4%, TV, com 9,1%, e rádio, com 8,7%.

Os lulistas apresentam maior uso de portais e TV como recursos de checagem. Considerando fontes institucionais, como portais, TV e rádio, esse grupo alcança 50,0%. Entre bolsonaristas, esse percentual é de 30,2%. Já a checagem por busca ou redes, formada por Google e redes sociais, alcança 53,7% entre bolsonaristas e 43,8% entre lulistas. A ausência de checagem é mais de duas vezes maior entre bolsonaristas.

Esses dados indicam que a diferença entre os campos políticos não se limita à frequência de verificação, mas também envolve os canais utilizados para validar informações. Entre lulistas, há maior proximidade com fontes institucionais. Entre bolsonaristas, há maior dependência de busca aberta, redes sociais e maior proporção de ausência de checagem. Esse padrão reforça o argumento de que verificar não significa necessariamente recorrer aos mesmos critérios de validação.

Figura 4. Estratégias de checagem por campo político



Fonte: Banco Midiapolis 2025.

4.5. Escolaridade e Verificação Sistemática

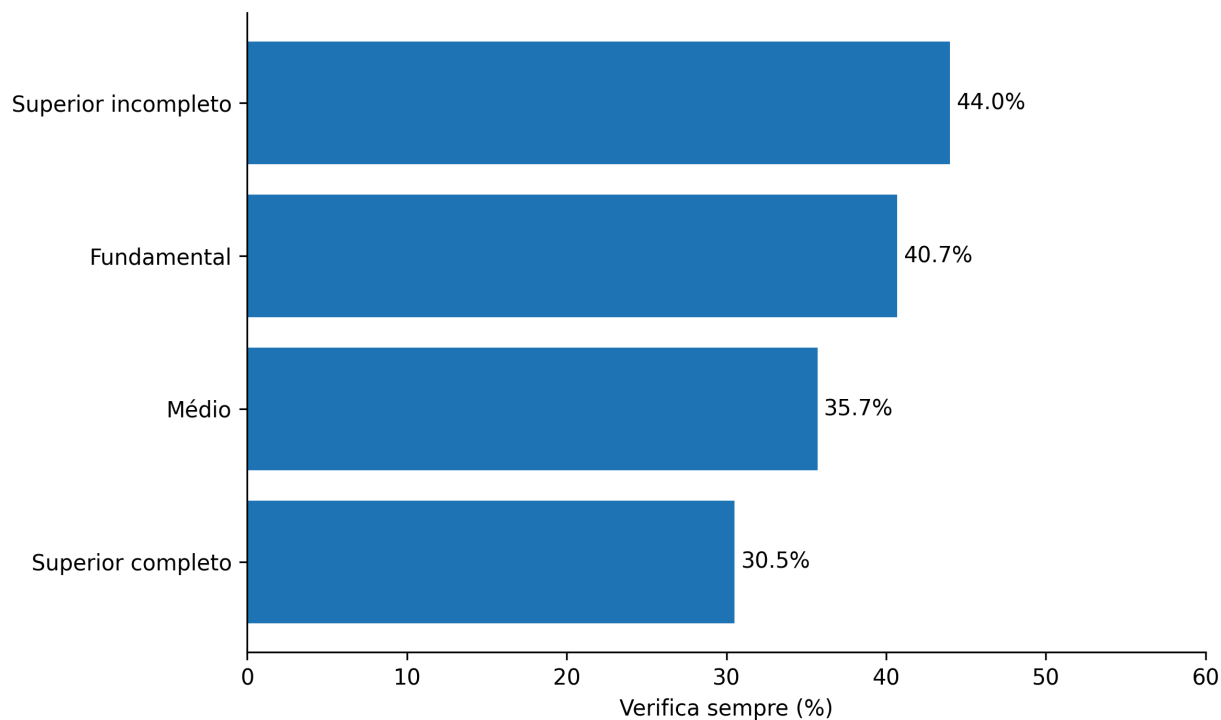
A relação entre escolaridade e verificação sistemática não apresenta padrão linear simples. A maior proporção de respondentes que declaram verificar sempre aparece entre aqueles com superior incompleto, com 44,0%, seguida por fundamental, com 40,7%, ensino médio, com 35,7%, e superior completo, com 30,5%.

Esse resultado desafia a expectativa de que maior escolaridade formal levaria automaticamente a maior verificação sistemática. Respondentes com superior completo apresentam o menor percentual de sempre, embora o resultado indique que esse grupo também tem menor percentual de nunca. Isso sugere que o superior completo pode estar mais concentrado em práticas intermitentes de checagem, especialmente na categoria às vezes, em vez de apresentar ausência absoluta de verificação.

A escolaridade, portanto, não explica sozinha o comportamento de checagem. Ela precisa ser analisada em conjunto com campo político, fonte principal de informação, confiança na mídia, renda,

idade e exposição percebida a fake news. O dado reforça a ideia de que literacia midiática não pode ser reduzida à educação formal. A capacidade de verificar depende também dos ambientes informacionais frequentados e das fontes reconhecidas como legítimas.

Figura 5: Verificação sistemática por escolaridade



Fonte: Banco Midiapolis 2025.

4.6. Confiança na Mídia e Verificação

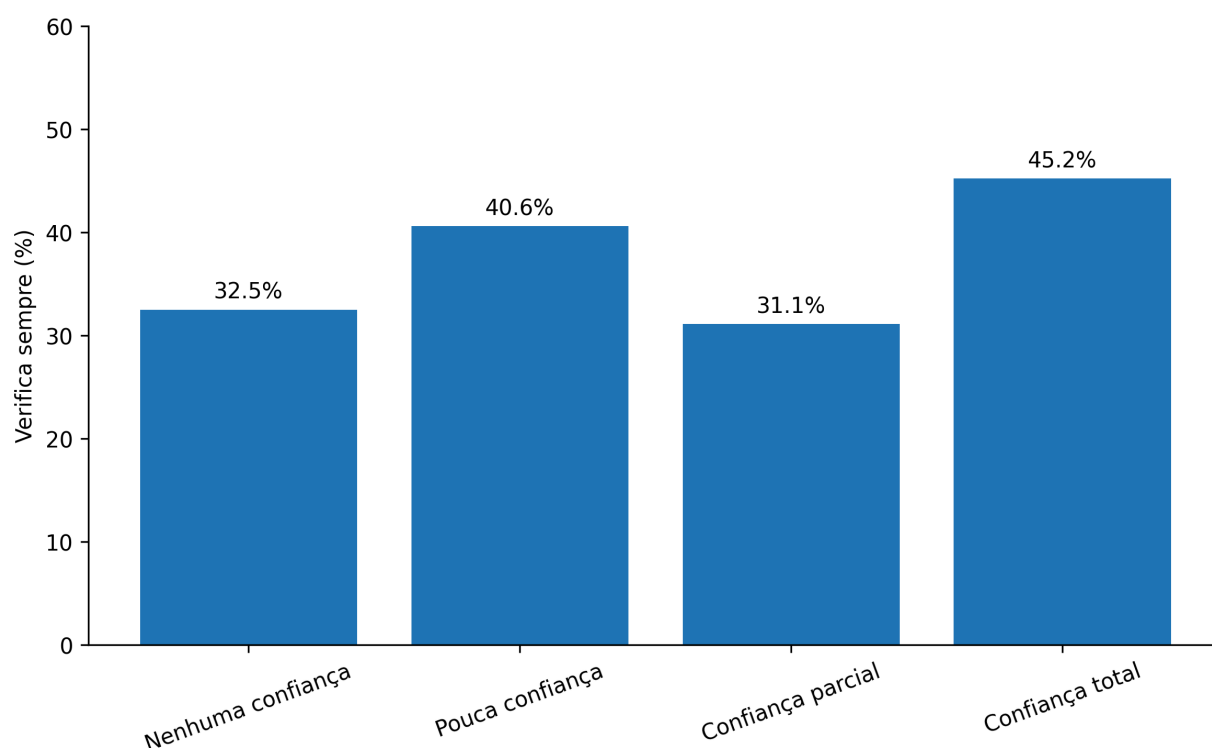
A relação entre confiança na mídia e verificação também se mostra ambígua. A proporção de respondentes que verificam sempre é maior entre aqueles que declaram confiança total na mídia, com 45,2%, seguida por pouca confiança, com 40,6%, nenhuma confiança, com 32,5%, e confiança parcial, com 31,1%.

O padrão não indica relação linear entre confiar mais na mídia e verificar mais. A confiança total apresenta o maior percentual de verificação sistemática, mas a pouca confiança aparece em segundo

lugar. Isso sugere que a verificação pode nascer tanto da confiança quanto da desconfiança. Respondentes que confiam totalmente na mídia podem verificar porque reconhecem a importância de fontes institucionais. Respondentes com pouca confiança podem verificar justamente porque desconfiam e buscam confirmação em outros ambientes.

Os dados informam que a correlação ordinal de Spearman entre verificação e confiança na mídia é praticamente nula, tanto na amostra total quanto nos campos políticos. Esse dado reforça a interpretação de que a frequência de verificação não aumenta de modo linear conforme cresce a confiança na imprensa. A pergunta decisiva passa a ser não apenas se o respondente verifica, mas onde ele verifica e quais fontes reconhece como confiáveis.

Figura 6: Verificação sistemática por confiança na mídia



Fonte: Banco Midiapolis 2025.

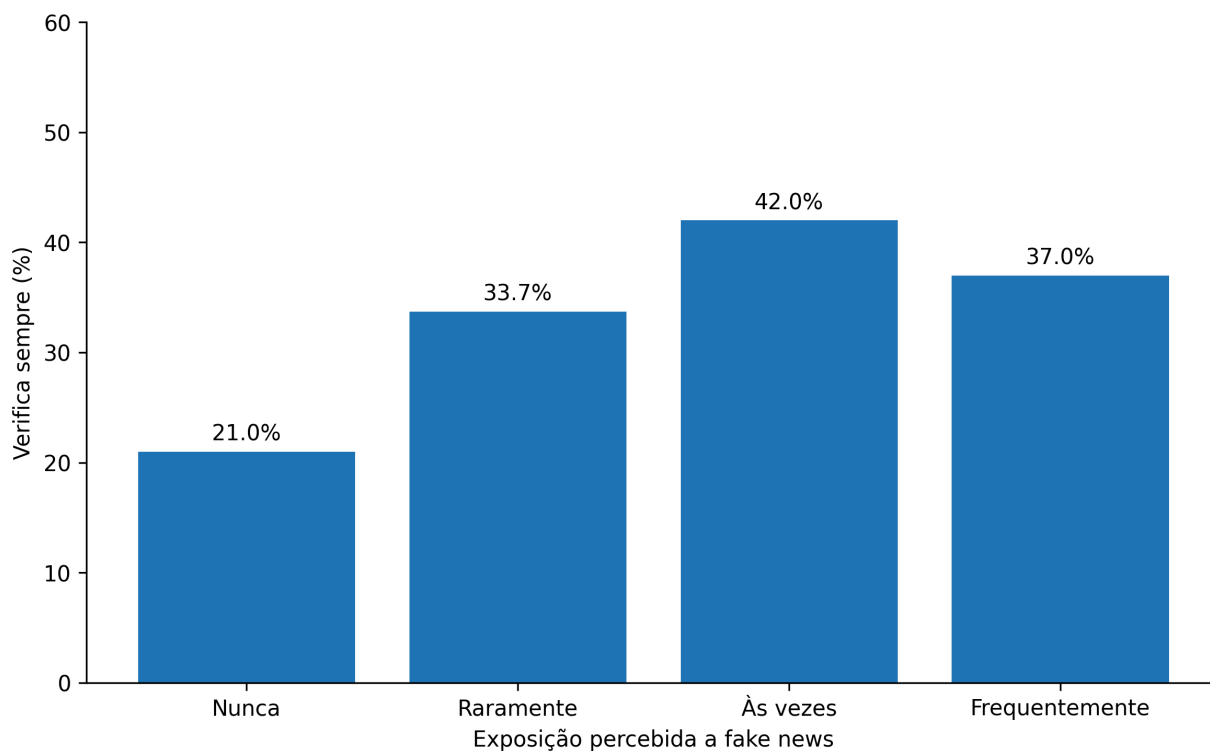
4.7. Exposição Percebida a Fake News e Verificação

A relação entre exposição percebida a fake news e verificação sistemática também não é linear. Respondentes que afirmam receber fake news às vezes apresentam o maior percentual de verificação sempre, com 42,0%. Em seguida aparecem aqueles que recebem fake news frequentemente, com 37,0%, raramente, com 33,7%, e nunca, com 21,0%.

O padrão sugere que algum contato percebido com fake news pode estimular práticas de verificação. Aqueles que declaram nunca receber fake news apresentam o menor percentual de verificação sistemática, o que pode indicar menor percepção de risco informacional. No entanto, a verificação não cresce continuamente à medida que aumenta a exposição percebida. O grupo que declara receber fake news frequentemente verifica menos do que o grupo que recebe às vezes.

Esse resultado pode indicar que exposição recorrente não gera automaticamente maior cautela. Em alguns casos, o contato frequente com conteúdos percebidos como falsos pode estimular verificação. Em outros, pode produzir normalização da instabilidade informacional, cansaço ou checagem seletiva. O resultado indica que a correlação ordinal entre exposição e verificação é muito baixa, aproximadamente 0,03, o que reforça a ausência de relação linear forte.

Figura 7: Verificação sistemática por exposição percebida a fake news



Fonte: Banco Midiapolis 2025.

Tabela 2: Síntese dos principais indicadores por campo político

Indicador	Lulistas	Bolsonaristas
Verifica sempre	44,4%	28,7%
Verifica às vezes	27,6%	43,3%
Nunca verifica	13,6%	15,8%
Google como estratégia de checagem	27,8%	36,4%
Portais como estratégia de checagem	26,7%	12,4%
TV como estratégia de checagem	17,1%	9,1%
Redes como estratégia de checagem	16,0%	17,3%
Não checa	6,2%	16,2%
Checagem institucional, portais, TV e rádio	50,0%	30,2%
Checagem por busca ou redes, Google e redes	43,8%	53,6%

Fonte: Banco Midiapolis 2025.

5. DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a verificação de informações deve ser compreendida como uma prática socialmente situada, e não apenas como habilidade técnica individual. A maioria dos respondentes declara verificar notícias impactantes em alguma medida, mas a verificação sistemática não é universal. Esse dado é relevante porque mostra que a checagem já faz parte do repertório informacional de parcela expressiva dos usuários politicamente engajados, mas também revela a existência de zonas de vulnerabilidade. Verificar às vezes ou só se houver dúvida indica que a prática pode depender do tema, da fonte, do grau de surpresa, da compatibilidade com crenças anteriores ou da percepção subjetiva de risco.

Essa diferença entre verificação sistemática e verificação eventual é decisiva para o debate sobre desinformação. Em ambientes digitais, conteúdos falsos ou enganosos frequentemente circulam com aparência de plausibilidade, forte carga emocional e afinidade com identidades políticas. Por isso, a dúvida nem sempre é acionada pelo usuário. Um conteúdo que confirma expectativas anteriores pode parecer confiável justamente por se ajustar ao repertório interpretativo do receptor. Nesse sentido, a verificação condicionada à suspeita pode falhar diante de conteúdos mais eficazes do ponto de vista político e comunicacional, como sugerem Pennycook e Rand (2021).

O primeiro achado relevante da análise é que a checagem se distribui de forma politicamente diferenciada. Lulistas declaram verificar sempre em proporção maior do que bolsonaristas,

enquanto bolsonaristas se concentram mais na categoria às vezes. Essa diferença não deve ser interpretada como medida objetiva de competência informacional, pois os dados são autorrelatados. No entanto, ela indica formas distintas de autoimagem informacional. Entre lulistas, a verificação aparece mais frequentemente como prática constante. Entre bolsonaristas, aparece mais como prática eventual, acionada em determinadas situações.

O segundo achado importante está nas estratégias de checagem. O Google aparece como principal canal declarado de verificação. Esse dado revela transformação relevante da autoridade informacional contemporânea. Muitos usuários não recorrem diretamente a veículos jornalísticos, instituições públicas, agências de checagem ou especialistas, mas a mecanismo de busca que organiza diferentes fontes segundo critérios algorítmicos, comerciais e reputacionais. Como mostram Van Dijck, Poell e De Waal (2018), plataformas estruturam a circulação social da informação por meio de infraestruturas que não são neutras.

A centralidade do Google confirma que checar não equivale necessariamente a consultar uma fonte confiável. A busca pode levar a portais jornalísticos, documentos oficiais e agências de checagem, mas também pode direcionar o usuário a blogs, vídeos opinativos, sites hiperpartidários, redes sociais ou conteúdos que apenas reforçam uma crença anterior. Assim, o dado mais relevante não é apenas o fato de os respondentes declararem que verificam, mas o modo como essa verificação é realizada. A checagem por mecanismo de busca transfere ao usuário grande parte da responsabilidade de selecionar, hierarquizar e interpretar as fontes encontradas.

A comparação entre campos políticos aprofunda esse ponto. Lulistas recorrem mais a portais e TV, enquanto bolsonaristas recorrem mais ao Google, às redes e apresentam maior proporção de ausência de checagem. Essa diferença sugere regimes distintos de validação informacional. Entre lulistas, há maior presença de mediações institucionais, como portais, televisão e rádio. Entre bolsonaristas, há maior dependência de busca aberta e ambientes digitais. O ponto analítico é que cada forma de checagem envolve diferentes níveis de mediação, transparência e vulnerabilidade à confirmação seletiva.

Esse padrão reforça a tese de que verificar não é suficiente. Uma política de enfrentamento à desinformação não pode se limitar a incentivar os usuários a pesquisar antes de compartilhar. É necessário discutir onde pesquisar, como avaliar os resultados, quais fontes comparar, que critérios utilizar e como lidar com conteúdos que confirmam expectativas políticas. Em ambientes polarizados, a verificação pode se tornar parte do próprio processo de confirmação ideológica, conforme sugerem Farkas e Schou (2020) e Egelhofer e Lecheler (2019).

A relação entre escolaridade e verificação também desafia interpretações simplificadoras. O grupo com superior completo não apresenta o maior percentual de verificação sistemática, enquanto respondentes com superior incompleto e fundamental aparecem com percentuais mais elevados. Esse resultado não significa que a escolaridade seja irrelevante, mas mostra que educação formal não explica sozinha as práticas de checagem. A literacia midiática envolve habilidades cognitivas, mas também hábitos digitais, confiança nas fontes, pertencimento político, experiências de exposição à desinformação e capacidade de reconhecer vieses próprios.

A relação entre confiança na mídia e verificação apresenta ambiguidade semelhante. A confiança total na mídia está associada ao maior percentual de verificação sistemática, mas a pouca confiança aparece logo em seguida. A correlação ordinal praticamente nula entre confiança na mídia e verificação indica que não há tendência linear simples. Esse achado é teoricamente relevante porque mostra que a verificação pode nascer tanto da confiança quanto da desconfiança. Quem confia na mídia pode verificar recorrendo a fontes jornalísticas ou institucionais. Quem desconfia da mídia também pode verificar, mas buscando canais alternativos, redes ou mecanismos de busca.

A exposição percebida a fake news também apresenta relação não linear com a verificação. Respondentes que afirmam receber fake news às vezes são os que mais declaram verificar sempre, enquanto aqueles que recebem frequentemente verificam em proporção um pouco menor. Esse padrão sugere que algum contato percebido com fake news pode estimular maior cautela, mas a exposição recorrente não produz automaticamente verificação sistemática. Em alguns casos, o contato frequente com conteúdos duvidosos pode gerar alerta e cuidado. Em outros, pode produzir normalização da instabilidade informacional, fadiga, descrença generalizada ou checagem seletiva.

Os resultados permitem qualificar o conceito de literacia midiática. Não basta entendê-la como domínio técnico de ferramentas digitais. Em ambientes de polarização, literacia midiática precisa envolver a capacidade de reconhecer a própria posição no ecossistema informacional, identificar vieses de confirmação, comparar fontes divergentes, distinguir evidência de opinião e avaliar a autoridade de mediadores distintos. A checagem democrática exige mais do que

saber usar o Google. Exige capacidade de atravessar circuitos de confiança, confrontar conteúdos convenientes e reconhecer a legitimidade de fontes que não pertencem necessariamente ao próprio campo político.

Essa perspectiva também tem implicações para o jornalismo. Se parte dos usuários recorre menos a fontes institucionais para checar informações, isso indica fragilidade na autoridade pública da imprensa. A checagem jornalística pode ser relevante, mas sua eficácia depende da confiança atribuída ao jornalismo. Quando determinados públicos desconfiam da mídia tradicional, a correção factual produzida por veículos jornalísticos pode ser recebida como mais uma peça da disputa política. Nesse contexto, o jornalismo precisa não apenas produzir informação correta, mas também tornar seus procedimentos mais transparentes, explicitar métodos de apuração, corrigir erros visivelmente e reconstruir relações de confiança com públicos desconfiados.

A análise dos dados do Midiapolis reforça uma ideia central: a checagem pode interromper a desinformação, mas também pode reproduzir sua lógica quando realizada dentro de circuitos fechados de confirmação. Por isso, a verificação deve ser avaliada não apenas por sua frequência, mas por sua direção, seus critérios e suas fontes. A prática de verificar é desejável, mas não basta que o usuário procure alguma confirmação. É necessário que a confirmação seja buscada em fontes plurais, rastreáveis e capazes de sustentar evidências públicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as práticas declaradas de verificação e checagem de informações entre usuários brasileiros inseridos em ambientes digitais politicamente engajados, com base no Banco Midiapolis 2025. O objetivo foi compreender a verificação não apenas como resposta individual à desinformação, mas como prática social situada, atravessada por confiança, polarização, plataformas digitais e repertórios de validação informacional. Essa abordagem dialoga com Wardle e Derakhshan (2017), para quem a desordem informacional envolve conteúdos, contextos de circulação, intencionalidades e formas de interpretação pública.

A análise mostrou que a maioria dos respondentes declara verificar notícias impactantes em alguma medida, mas a verificação sistemática não é universal. Esse dado é relevante porque indica que a checagem faz parte do repertório informacional de parcela expressiva dos participantes, embora ainda existam segmentos que nunca verificam ou verificam apenas quando desconfiam. Como argumentam Pennycook e Rand (2021), a atenção à precisão é uma dimensão decisiva para reduzir a vulnerabilidade às fake news, mas ela precisa ser acionada no momento do consumo e do compartilhamento, especialmente quando o conteúdo parece plausível ou politicamente conveniente.

Os resultados também indicaram diferenças importantes entre campos políticos. Lulistas apresentaram maior proporção de verificação sistemática, enquanto bolsonaristas concentraram-se mais na verificação eventual e na busca por canais menos institucionalizados de checagem. Essa diferença reforça a necessidade de compreender a verificação em relação aos ecossistemas de confiança nos quais os usuários estão inseridos. Em contextos polarizados, a checagem pode ser orientada por

pertencimentos políticos, afetos coletivos e seletividade das fontes, como sugerem Farkas e Schou (2020) ao discutir a disputa política em torno da verdade e da falsidade.

Um dos achados mais relevantes foi a centralidade do Google como principal canal declarado de checagem. Esse resultado mostra que muitos usuários recorrem a mecanismos de busca como porta de entrada para validar informações, mas isso não significa, necessariamente, que chequem em fontes confiáveis. Como apontam Van Dijck, Poell e De Waal (2018), as plataformas digitais organizam a visibilidade da informação por meio de infraestruturas algorítmicas e sistemas de recomendação. Assim, buscar uma informação não equivale automaticamente a submetê-la a critérios rigorosos de verificação, pois a qualidade da checagem depende dos resultados acessados e dos critérios usados para avaliá-los.

A distinção entre verificar e verificar bem é uma das principais contribuições do artigo. A frequência de checagem, isoladamente, não permite avaliar a qualidade da validação informacional. Um usuário pode afirmar que verifica sempre, mas recorrer a redes sociais, grupos politicamente homogêneos ou canais alinhados às suas crenças. Nesse caso, a checagem pode funcionar como confirmação seletiva, e não como abertura ao contraditório. Essa interpretação dialoga com Lewandowsky, Ecker e Cook (2017), que demonstram que a desinformação persiste não apenas pela ausência de informação correta, mas também por vínculos identitários, repetição e resistência a correções.

A relação entre escolaridade e checagem também se mostrou mais complexa do que explicações lineares sugerem. Maior escolaridade formal não apareceu automaticamente associada a maior

verificação sistemática. Esse resultado reforça que a literacia midiática não pode ser reduzida à educação formal, embora esta seja uma dimensão importante. Como indicam Guess et al. (2020), intervenções de literacia digital podem ampliar a capacidade de distinguir notícias falsas e convencionais, mas a eficácia dessas competências depende também da confiança nas fontes, dos ambientes de circulação e da disposição crítica diante de conteúdos alinhados às próprias crenças.

A relação entre confiança na mídia e verificação confirmou a ambiguidade do fenômeno. A confiança total na imprensa apareceu associada a alta verificação sistemática, mas a pouca confiança também apresentou percentual expressivo. Isso sugere que a checagem pode nascer tanto da confiança institucional quanto da desconfiança em relação à mídia. O ponto decisivo, portanto, não é apenas saber se o usuário verifica, mas quais fontes reconhece como legítimas para validar a informação. Essa leitura se aproxima de Egelhofer e Lecheler (2019), que mostram como fake news pode funcionar tanto como conteúdo enganoso quanto como rótulo político de deslegitimação de fontes e instituições.

Do ponto de vista democrático, os resultados indicam que políticas de enfrentamento à desinformação precisam ir além do incentivo genérico à checagem. É necessário fortalecer práticas de verificação qualificadas, capazes de combinar diversidade de fontes, avaliação crítica dos resultados de busca, reconhecimento de evidências, transparência dos critérios jornalísticos e abertura ao contraditório. Como mostram Porter e Wood (2021), a checagem de fatos pode ser efetiva para corrigir crenças factuais, mas seus efeitos dependem das condições de recepção e da legitimidade atribuída à fonte corretiva.

O estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. Os dados são autorrelatados, o que significa que medem práticas declaradas, não comportamentos observados. Também há possibilidade de desejabilidade social, pois verificar informações é prática positivamente valorizada no debate público. Além disso, a amostra é composta por usuários politicamente engajados em ambientes digitais, o que impede generalizações diretas para o conjunto da população brasileira. Essas limitações, contudo, não reduzem a contribuição analítica do estudo, pois permitem observar como os próprios respondentes descrevem suas práticas de validação informacional.

A contribuição central do artigo está em demonstrar que a verificação deve ser compreendida como prática de validação situada. Em ambientes digitais polarizados, não basta perguntar se as pessoas checam informações. É necessário investigar onde checam, em quem confiam, quais fontes rejeitam e de que modo seus critérios de validação são moldados por plataformas, identidades políticas e relações de confiança. Assim, verificar não é suficiente quando a checagem permanece confinada a circuitos fechados de confirmação. O desafio democrático é construir condições para que a verificação funcione como abertura à evidência, à pluralidade de fontes e à revisão crítica das próprias crenças, conforme sugerem Lewandowsky, Ecker e Cook (2017), Farkas e Schou (2020) e Pennycook e Rand (2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHADWICK, Andrew. *The hybrid media system: politics and power*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.

EGELHOFER, Jana Laura; LECHER, Sophie. Fake news as a two-dimensional phenomenon: a framework and research agenda. *Annals of the International Communication Association*, v. 43, n. 2, p. 97-116, 2019. DOI: 10.1080/23808985.2019.1602782.

FARKAS, Johan; SCHOU, Jannick. *Post-truth, fake news and democracy: mapping the politics of falsehood*. London: Routledge, 2020.

GUESS, Andrew M. et al. A digital media literacy intervention increases discernment between mainstream and false news in the United States and India. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Washington, v. 117, n. 27, p. 15536-15545, 2020. DOI: 10.1073/pnas.1920498117.

LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ullrich K. H.; COOK, John. Beyond misinformation: understanding and coping with the post-truth era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, v. 6, n. 4, p. 353-369, 2017. DOI: 10.1016/j.jarmac.2017.07.008.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. When corrections fail: the persistence of political misperceptions. *Political Behavior*, v. 32, n. 2, p. 303-330, 2010. DOI: 10.1007/s11109-010-9112-2.

PENNYCOOK, Gordon; McPHETRES, Jonathon; ZHANG, Yunhao; LU, Jackson G.; RAND, David G. Fighting COVID-19 misinformation on social media: experimental evidence for a scalable accuracy-nudge intervention. *Psychological Science*, v. 31, n. 7, p. 770-780, 2020. DOI: 10.1177/0956797620939054.

PENNYCOOK, Gordon; RAND, David G. The psychology of fake news. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 25, n. 5, p. 388-402, 2021. DOI:

10.1016/j.tics.2021.02.007.

PORTER, Ethan; WOOD, Thomas J. The global effectiveness of fact-checking: evidence from simultaneous experiments in Argentina, Nigeria, South Africa, and the United Kingdom. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Washington, v. 118, n. 37, e2104235118, 2021. DOI: 10.1073/pnas.2104235118.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre Covid-19 no Twitter. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, p. 1-19, 2021.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The platform society: public values in a connective world*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná